

MERCADO GERAÇÃO CONSUMIDOR TÉRMICA CONVENCIONAL - 28 de março de 2018

Por que a eletricidade é tão cara no Brasil?

A tarifa paga pelos denominados consumidores cativos, atendidos diretamente por uma concessionária de distribuição é definida pela ANEEL dentro do princípio do custo do serviço, bem como uma remuneração garantida para os ativos em serviço

No setor elétrico brasileiro também prevalece a máxima: “Não tem rango de graça”.

A energia consumida será paga, mais cedo ou mais tarde, mesmo que não o seja por quem efetivamente se beneficiou do seu consumo.



ARTIGO
OLGA SIMBALISTA, DA ABEN
Presidente da Aben

A tarifa paga pelos denominados consumidores cativos, atendidos diretamente por uma concessionária de distribuição é definida pela ANEEL dentro do princípio do custo do serviço, bem como uma remuneração garantida para os ativos em serviço.

Recentemente, tais custos vêm aumentando muito acima dos demais índices econômicos, sobrecarregando, principalmente, os consumidores residenciais e tal tendência tende a continuar em função dos seguintes fatores:

- Crescimento dos furtos de energia, em função do paralelo crescimento da violência urbana em regiões dominadas pelo crime, o que torna o acesso aos medidores praticamente impossível;
- Migração de consumidores expressivos para o mercado livre de energia e para a geração distribuída, principalmente com a instalação de painéis solares, fazendo com que o custo fixo da distribuidora recaia cada vez mais sobre um número menor de consumidores, onerando suas tarifas;
- Custos setoriais represados, devidos ao estresse hidráulico e, principalmente, oriundos da desastrosa Medida Provisória 579/2012 –MP579.

O entendimento dos custos provenientes da MP 579 requer o retorno ao período após sua implantação, ou seja, 11 de setembro de 2012, quando, segundo a lenda do setor elétrico brasileiro, não caíram apenas duas torres gêmeas, como em Nova Iorque em 2001, mas a grande maioria das torres de transmissão do País.

A promulgação dessa MP apresentava como seu principal objetivo a redução das tarifas ao consumidor final de, em média, 20%. Tal redução seria proveniente de cortes em encargos setoriais e das condições propostas para a renovação das concessões vincendas, eliminando a remuneração de ativos já amortizados, dentre outros.

O principal resultado das medidas foi uma forte redução do fluxo de caixa das empresas, a partir de janeiro de 2013, sem que isto tivesse sido planejado por elas. A redução média das tarifas de G e T foi da ordem de 73%. O mercado livre foi fortemente prejudicado, pois o processo de renovação das concessões de geração só alocou a energia mais barata ao mercado cativo, impactando o setor industrial, maior consumidor do mercado livre.

Entretanto, o corte real das tarifas junto ao consumidor final foi menor que o anunciado, pois o Governo previa que todas as empresas envolvidas iriam aderir às condições impostas para a renovação antecipada das concessões vincendas. O baixo nível das tarifas ofertadas fez com que empresas como CEMIG, CESP, Copel, Celesc e outras menores, não renovassem suas concessões antecipadamente.

Em paralelo com o processo de renovação das concessões, houve uma forte redução de chuvas, com uma grande redução do nível dos reservatórios, e, para garantir a segurança do abastecimento, as usinas térmicas de elevados custos de produção passaram a ser despachadas, (822 R\$/MWh), iniciando uma trajetória de aumentos tarifários que culminaria com a anulação dos descontos e a implantação de um tarifaço.

O acionamento das termelétricas em caráter emergencial, fora da ordem de mérito e sem decretação de racionamento resultou na absorção do risco hidrológico pelas distribuidoras, que passaram a arcar com os custos elevados, só podendo repassar aos consumidores no futuro, quando dos reajustes tarifários anuais, por meio dos denominados Encargos de Serviços do Sistema, praticado em diferentes épocas para cada distribuidor, ao longo do ano seguinte

Os custos represados em consequência da MP579 incluíram, também, o pagamento de indenizações às geradoras que aderiram e que não foram previstos, da ordem de R\$5 bilhões, R\$27 bilhões relativos a ativos de transmissão existentes antes de 2000 e não amortizados, dívidas da Eletrobrás com a Petrobrás oriunda da Conta de Consumo de Combustíveis fósseis – CCC, auxílios às empresas geradoras, por de processo casuístico e que, ao final de 2015 totalizavam uma fatura não paga de R\$ 64 bilhões, a ser diferida, mas que se fosse paga de uma única vez, via tarifas, significaria um acréscimo de 33%. Tais valores estão sendo transferidos ao consumidor gradativamente e impactando os consumidores nos atuais reajustes.

Uma alternativa para evitar a compra de uma energia muito cara, por parte de consumidores de grande porte, tem sido o abandono de contratos com distribuidoras e a migração para o Mercado Livre, onde as contratações são feitas diretamente entre geradores/comercializadores e o consumidor final, sem que os recursos envolvidos passem pelas distribuidoras.

Essa tendência tem se intensificado no Estado do Rio de Janeiro, onde são praticadas as maiores do Brasil, devido, principalmente à cobrança da maior alíquota de ICMS, de 30%, que, agregada à tarifa, faz com que 42,7% do valor cobrado sejam destinados a este tributo, ou seja, quase a metade. Em São Paulo, o ICMS é de 18% e, uma das consequências é que as tarifas correspondem a quase a metade das praticadas no Rio.

As duas concessionárias fluminenses, Enel e Light, vêm sofrendo com a fuga de consumidores para o mercado livre. Em 2016, a Enel possuía 177 destes clientes e em 2017, 260. No caso da Light, o número em 2015 era de 202 e, em 2017, 601. No Brasil, em 2015, existiam cerca de 1.800 empresas no mercado livre e, hoje, são 5.000. Se não fosse suficiente, os faturamentos dessas empresas sofreram reduções de 6,1%, resultado da desaceleração da economia.

Light e Enel tiveram suas tarifas aumentadas, a partir de 15 de março, em, respectivamente, 9,09% e 21,46%, comprováveis impactos na inflação estadual, acima da média do País.

Um movimento análogo à migração de consumidores para o mercado livre é o da colocação de painéis foto-voltáicos em residências, condomínios e cooperativas para cobrir partes de seus consumos, em substituição aos consumos das distribuidoras. Trata-se de uma tendência com previsão de elevado crescimento e consequente diminuição dos mercados das distribuidoras.

O Rio de Janeiro sofre, também, com as questões relacionadas ao roubo de energia e da violência urbana em áreas carentes, que impede a leitura de medidores, vis a vis, a entrega das contas e a demora no restabelecimento de energia após interrupções. Tais fatores contribuíram para que a ANEEL revise sua metodologia de cálculo de perdas com furtos, inadimplências e indicadores de qualidade do serviço prestado, na definição desses reajustes tarifários.

Olga Simbalista é engenheira eletricista nuclear e presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear – ABEN